



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) ELEITORAL RELATOR(A),
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Prestação de Contas n.º 1648-36.2014.6.21.0000

Procedência: PORTO ALEGRE/RS

Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS – DE PARTIDO POLÍTICO

Interessado: PARTIDO POPULAR SOCIALISTA – PPS

Relator: DES. LUIZ FELIPE BRASIL SANTOS

PARECER

PRESTAÇÃO DE CONTAS. RELATIVA À ARRECADAÇÃO E DISPÊNDIO DE RECURSOS FINANCEIROS NAS ELEIÇÕES DE 2014. PARTIDO POLÍTICO. DIRETÓRIO REGIONAL. Parecer conclusivo da Secretaria de Controle Interno e Auditoria TRE/RS pela desaprovação das contas. As falhas apontadas na documentação, quando analisadas em conjunto, comprometem a regularidade das contas apresentadas. **Parecer pela desaprovação das contas, bem como pela determinação de suspensão do repasse de verbas do Fundo Partidário por 4 (quatro) meses**

I – RELATÓRIO

Trata-se de prestação de contas de campanha do Diretório Regional do PARTIDO POPULAR SOCIALISTA - PPS, apresentada na forma da Lei n.º 9.504/97 e da Resolução TSE n.º 23.406/2014, relativas à arrecadação e aplicação de recursos financeiros na campanha eleitoral de 2014.

Após análise preliminar realizada pela operosa Secretaria de Controle Interno e Auditoria desse Tribunal, indicando a necessidade de documentação complementar (fls. 29-31), não houve resposta do partido (fl. 37), sobrevindo Parecer Técnico Conclusivo pela desaprovação das contas, com indicação das seguintes irregularidades (fls. 38-39):



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

1. DIREÇÃO ESTADUAL DO PPS (CNPJ N. 91.251.322/0001-69):

Não houve arrecadação de recursos e gastos eleitorais, conforme documento da fl. 09, bem como não há informação acerca de recebimento de recursos do Fundo Partidário.

Quanto a Direção Partidária do PPS, solicitou-se apresentação das seguintes peças e documentos, informações (art. 40 da Resolução TSE n. 23.406/2014) e esclarecimentos necessários:

1.1 Não houve manifestação acerca do apontamento que contatou a ausência de registro de despesa com prestação de serviços advocatícios e contábeis para a Direção Estadual (art. 31, VII, da Resolução TSE 23.406/2014), bem como deixou de apresentar, no caso de doações estimadas, a documentação, os respectivos recibos eleitorais, os lançamentos na prestação de contas e a comprovação de que as doações constituam produto do serviço ou da atividade econômica dos respectivos doadores (arts. 45 e 23, caput, da Resolução TSE n. 23.406/2014).

1.2 Não foram entregues, em sua forma definitiva e contemplando todo o período de campanha, os extratos bancários da conta 06.354672.0-7, agência 0100, Banrisul (art. 40, alínea "a", da Resolução TSE nº 23.406/2014).

1.3 Identificou-se a ausência de assinatura do tesoureiro do Diretório Estadual Sr. João Carlos Fornari à fl. 25 (art. 34, § único da Resolução TSE n. 23.406/2014).

2. COMITÊ FINANCEIRO ÚNICO DO PPS (CNPJ n. 20.732.951/0001-62):

A arrecadação de recursos informada foi de R\$ 540.000,00 e os gastos eleitorais importa no mesmo valor, conforme documento da fl. 11. Não há informação acerca do recebimento de recursos do Fundo Partidário.

Quanto ao Comitê Financeiro Único do PPS, solicitou-se apresentação das seguintes peças, documentos, informações (art. 40 da Resolução TSE n. 23.406/2014) e esclarecimentos necessários:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

2.1 Não houve manifestação acerca do apontamento que contatou a ausência de registro de despesa com prestação de serviços advocatícios e contábeis para a Direção Estadual (art. 31, VII, da Resolução TSE23.406/2014), bem como deixou de apresentar, no caso de doações estimadas, a documentação, os respectivos recibos eleitorais, os lançamentos na prestação de contas e a comprovação de que as doações constituam produto do serviço ou da atividade econômica dos respectivos doadores (arts. 45 e 23, caput, da Resolução TSE n. 23.406/2014).

2.2 O prestador não apresentou os Recibos Eleitorais emitidos de toda e qualquer arrecadação de recursos para campanha eleitoral, financeiros ou estimáveis em dinheiro, inclusive recursos próprios (art. 40, § 1º, alínea “b” da Resolução TSE n. 23.406/2014).

2.3 Não foram entregues, em sua forma definitiva e contemplando todo o período de campanha, os extratos bancários da conta-corrente: 06.357435.0-6, agência 0100, Banrisul (art. 40, II, alínea “a”, da Resolução TSE nº 23.406/2014).

2.4 Identificou-se a ausência de assinatura do tesoureiro do referido Comitê Financeiro Sr. João Carlos Fornari à fl. 26 (art. 34, § único da Resolução TSE n. 23.406/2014).

2.5 Não há informação acerca de representantes do prestador de contas para os períodos indicados abaixo:

Distrital e Comitê Financeiro Único		
FUNÇÃO	DATA INICIAL	DATA FINAL
Presidente	01/11/2014	26/11/2014
Tesoureiro	01/11/2014	26/11/2014

Após, vieram os autos a esta Procuradoria Regional Eleitoral para exame e parecer.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, destaca-se que o partido encontra-se devidamente representado por advogado, nos termos da procuração juntada à fl. 13.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Passa-se ao mérito.

A verificação da regularidade das contas da agremiação partidária tem por escopo legitimar a arrecadação e os gastos de campanha.

Entretanto, no caso concreto, após análises realizadas pela Secretaria de Controle Interno e Auditoria desse Tribunal, manteve-se a manifestação técnica de desaprovação das contas em razão das falhas apontadas nos itens 1 e 2, supra.

Da análise do Parecer Técnico Conclusivo (fls. 38-39), verifica-se que as falhas apontadas no Relatório Preliminar para Expedição de Diligências (fls. 29-31) permaneceram.

Assim, adotando-se, na íntegra, o mérito da análise contábil efetuada nos autos, resta clara a necessidade de desaprovação das contas, haja vista que o conjunto das faltas técnicas ali indicadas, em desacordo às exigências legais pertinentes, comprometem a regularidade das contas apresentadas.

Nesse sentido segue o entendimento do TRE-RS:

Recurso. Prestação de contas de candidato. Art. 30, §§ 1º e 2º, alínea "b", da Resolução TSE n. 23.376/12. Eleições 2012. **Desaprovam-se as contas quando a prestação contiver falhas insanáveis que comprometam sua confiabilidade e transparência.** No caso, pagamento de despesas de campanha diretamente, em espécie, sem registro de Fundo de Caixa. Valor expressivo diante do total das despesas efetivamente pagas, não autorizando a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Provimento negado. (Recurso Eleitoral nº 60157, Acórdão de 01/07/2014, Relator(a) DR. LUIS FELIPE PAIM FERNANDES, Publicação: DEJERS - Diário de Justiça Eletrônico do TRE-RS, Tomo 114, Data 03/07/2014, Página 2) (grifado)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Prestação de contas de partido político. Art. 12, § 2º, da Resolução TSE n. 23.376/12. Eleições 2012. A abertura de conta bancária específica é medida obrigatória para todos os candidatos, comitês financeiros e partidos políticos, nos termos do art. 12 da Resolução TSE n. 23.376/12. A ausência de conta específica compromete a transparência dos recursos aplicados e inviabiliza a fiscalização das contas pela Justiça Eleitoral, constituindo vício insanável. **Suspensão das quotas do Fundo Partidário. Desaprovação.** (TRE-RS - PC: 28582 RS, Relator: DESA. FEDERAL MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 11/11/2013, Data de Publicação: DEJERS - Diário de Justiça Eletrônico do TRE-RS, Tomo 211, Data 14/11/2013, Página 5)

Impõe-se, portanto, a desaprovação das contas apresentadas pelo PARTIDO POPULAR SOCIALISTA – PPS, relativas ao pleito de 2014.

Por fim, verifica-se que, uma vez desaprovadas as contas, aplicável à espécie a penalidade de suspensão de cotas do fundo partidário, nos termos do art. 54, § 3º, da Resolução TSE nº 23.406/2014:

Art. 54. (...)
(...)

§ 3º O partido político, por si ou por intermédio de comitê financeiro, que tiver as suas contas desaprovadas por descumprimento às normas referentes à arrecadação e aos gastos de recursos fixadas na Lei nº 9.504, de 1997, ou nesta resolução, perderá o direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário do ano seguinte ao trânsito em julgado da decisão, sem prejuízo de os candidatos beneficiados responderem por abuso do poder econômico ou por outras sanções cabíveis (Lei nº 9.504/97, art. 25).

Outrossim, segundo o §4º do mesmo dispositivo, é necessário que a sanção de suspensão de cotas do Fundo Partidário seja acompanhada de juízo de proporcionalidade e razoabilidade, sendo fixada entre 1 e 12 meses de suspensão:

Art. 54. (...)

§ 4º A sanção de suspensão do repasse de novas quotas do Fundo Partidário, por desaprovação total ou parcial da prestação de contas do candidato, deverá ser aplicada de forma proporcional e razoável, pelo período de 1 mês a 12 meses, ou por meio do desconto, do valor a ser repassado, na importância apontada como irregular, não podendo ser aplicada a sanção de suspensão caso a prestação de contas não seja julgada após 5 (cinco) anos de sua apresentação (Lei nº 9.504/97, art. 25, parágrafo único).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

É possível extrair da jurisprudência alguns parâmetros para a fixação do período de suspensão do repasse das cotas ao partido que tem suas contas desaprovadas, são eles: a colaboração do partido para a prestação de contas; a gravidade das irregularidades que ensejaram a desaprovação da prestação de contas; o percentual alcançado pelas irregularidades em relação ao total da prestação de contas e o valor absoluto das irregularidades.

Assim, ao realizar-se o juízo de proporcionalidade, no caso concreto, deve preponderar a gravidade das irregularidades apontadas pela SCI, quais sejam 1) não apresentação dos recibos eleitorais emitidos de toda e qualquer arrecadação de recursos para a campanha eleitoral, financeiros ou estimáveis em dinheiro; 2) ausência de registro de despesa com prestação de serviços advocatícios e contábeis para o partido; 3) ausência de assinatura do tesoureiro do Diretório Estadual em alguns documentos.

Logo, no caso em questão, a sanção de suspensão do repasse de verbas do Fundo Partidário por 4 (quatro) meses mostra-se razoável, haja vista a aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

III – CONCLUSÃO

Em face do exposto, opina o Ministério Público Eleitoral pela desaprovação das contas, bem como pela determinação de suspensão do repasse de verbas do Fundo Partidário por 4 (quatro) meses

Porto Alegre, 22 de junho de 2015.

Marcelo Beckhausen
PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

C:\conv\docs\orig\vsbtj8h2dn1dapottknp_1960_65514575_150623230141.odt